

# A Casa como Materialidade Política: Devires de Ascensão Social na Política Habitacional Brasileira

Moisés Kopper <sup>(\*)</sup>

---

**Resumo:** O artigo explora como a abertura de horizontes imaginativos de futuro se articula à apropriação e ao consumo da casa própria entre beneficiários de políticas habitacionais brasileiras. Argumenta-se por uma noção total e processual de casa: simultaneamente um constructo político, simbólico e afetivo em fluxo. Sugere-se ainda que os investimentos econômicos e temporais realizados por beneficiários na apropriação e consumo da casa compõem uma nova sensibilidade ética, material e estratificante que se consolida em torno da busca por mobilidade socioeconômica ascendente. O artigo conta a trajetória habitacional de uma família que se mudou, em 2014, de um assentamento informal para um condomínio de classe média para reconstituir, etnograficamente, os nexos entre o espaço construído, suas materialidades políticas e vitais, e a construção de espaços subjetivos de imaginação e mobilidade social.

**Palavras Chave:** Casa própria - Mobilidade Social - Futuro - Consumo - Políticas Habitacionais - Brasil

[Resúmenes en español y portugués en la página 150]

---

<sup>(\*)</sup> Moisés Kopper earned his Ph.D. in Social Anthropology from the Federal University of Rio Grande do Sul. He is currently a Marie Curie IF@ULB Postdoctoral Researcher at the Laboratoire d'Anthropologie des Mondes Contemporains, Université libre de Bruxelles. Previously, Kopper held postdoctoral appointments at the Max Planck Institute for the Study of Societies (Germany) and the Center for Metropolitan Studies (São Paulo). He also served as a visiting Lecturer in the Department of Cultural and Social Anthropology at the University of Cologne.

*É a única casa que ele conhece como sendo dele  
É o espaço dele  
5,40m por 5,40m  
Tinha um banheiro  
Tinha uma cozinha  
Tinha uma sala  
Tinha um dormitório  
Todo mundo dividia o mesmo espaço  
Tinha um pátio grande  
A casa não tinha muita estrutura  
Uma casa de madeira  
Ela foi deteriorando, deteriorando...*

Elisa, mãe de João

João é um menino negro e alto, de vinte anos, um tanto magro e de poucas palavras, que conheci em janeiro de 2015. Sua mãe Elisa<sup>1</sup> me recebeu em seu novo apartamento, enquanto ele circulava entre seu quarto e a sala, mostrava-me seus desenhos grampeados em um calhamaço de cores e formas, apontava para eles, olhava ao seu redor com os olhos fosforescentes, e desaparecia em meio a seu próprio movimento. “Casa! Casa! Casa!”, exclamou, antes de deixar-nos.

João mudara-se com seu pai e sua mãe em setembro de 2014 para o Residencial Bento Gonçalves, um complexo residencial com 540 unidades habitacionais construído no Partenon, um bairro de classe média baixa com consolidada infraestrutura urbana e centralmente localizado na cidade de Porto Alegre, sul do Brasil. O projeto fora construído como parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)—a maior política pública habitacional do país, concebida durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que entregou mais de 4 milhões de unidades entre 2010 e 2020, ano em que foi extinto pela atual administração de Jair Bolsonaro. Criado com o intuito de recuperar a indústria da construção civil e oferecer alternativas ao déficit habitacional brasileiro, o programa beneficiou sobretudo famílias com até três salários-mínimos mensais de renda como a de Elisa, que recebeu um contrato de financiamento com duração de dez anos, durante os quais pagaria por cerca de 20% do custo de construção de seu apartamento—os outros 80% sendo subsidiados pelo governo federal.

João é autista e tem na figura da casa seu porto seguro. Sempre morou no alto do Morro da Cruz—um dos vários assentamentos informais de Porto Alegre que se formou nos anos 1960 durante a urbanização da cidade. Passada uma semana da transferência, o casebre improvisado com lonas de caminhão penduradas sobre estacas que faziam as vezes de telhado finalmente desabou com a chegada de um temporal. “Casa! Casa! Casa!”, João insistia assim que deixava a escola. Durante o primeiro mês após a transferência, João precisou ser levado por seu pai até o morro para visitar os escombros. “Ele observava, contemplava... Pulava o muro de dois metros, entrava no que restou da casa”, Elisa confes-

sou. O pai, então, fitava o menino nos olhos e dizia: “Viu? Não tem mais nada aí. Vamos embora?”. Sem dizer palavra, João o acompanhava, até que certo dia deixou de pedir pela casa. “Mas ainda tem alguma coisa que ta incomodando ele”, revelou a mãe.

No Residencial Bento Gonçalves, João foi exposto a outros objetos que o ajudariam a fazer a passagem para a nova casa e que sinalizavam, ao mesmo tempo, sua incorporação a uma sociedade de consumo. Sentado na frente do computador pessoal conectado à internet banda larga, em seu quarto privado equipado com a TV que a família trouxera da casa antiga, João agora dava pouca importância aos seus desenhos. Apontava-os sem paciência, apenas para voltar correndo ao quarto e bater a porta. “É o canto dele”, a mãe continuou. “O espaço. O lugar em que ele mais fica. Onde ele se movimenta e sabe onde está. Virar prum lado, virar pro outro. Saber todos os cantinhos. É isso que ele sente falta”. Virando o olhar para o outro lado, ela arrematou: “Aqui ele ta construindo. Aos pouquinhos. Ele gosta daqui”.

Neste artigo, exploro como a abertura de horizontes imaginativos de futuro (Crapanzano, 2004) se articula à apropriação e ao consumo da casa própria. Constituindo o objeto de uma política pública, argumento que ela se torna o artefato para a concepção de *materia-lidades políticas* que atravessam, como uma teia densa de nódulos e conexões, a invenção de espaços subjetivos de imaginação, expectativas e desejos. Nesse processo, a casa é instrumento para o “trabalho de criação de horizontes” por meio do qual torna-se possível criar caminhos para agir sobre o futuro (Petryna, 2018).

Como um conjunto de práticas materiais, simbólicas e vitais, a figura da casa esteve no centro de diferentes abordagens teóricas. De um lado, ela se constituiu em unidade política de governamentalidade (Foucault, 1979): um dos objetivos do PMCMV, por exemplo, era o de projetar e ajustar o espaço social do domicílio a noções idealizadas e nucleares de família (Kopper, 2019). Unidade mínima de intervenção, a casa é, nessa abordagem, uma espécie de espelho da estrutura social. Não é por outra razão que os principais *surveys* de amplitude nacional—e usualmente também tidos como os mais confiáveis—são baseados em amostras de domicílio.

De outro lado, a casa é também tida como a expressão material de cosmologias. Lévi-Strauss, por exemplo, no conceito de “société à maison” (1986; Gordon, 1996), associava-a a um tipo específico de organização social e a descrição de suas formas implicava tornar inteligível os princípios estruturais da sociedade. Carsten e Hugh-Jones (1995) expandiram essa perspectiva, sugerindo que “the house is an extension of the person; e que “moving in ordered space, the body ‘reads’ the house which serves as a mnemonic for the embodied person. Through habit and inhabiting, each person builds up a practical mastery of the fundamental schemes of their culture” (p. 2). A antropologia proposta por esses autores demandava uma visão holística da casa em suas dimensões arquitetônicas, simbólicas e sociais—tal qual o estudo clássico de Bourdieu (2006) sobre a casa Kabila e a interação dialética entre corpo e espaço doméstico.

Em linha com esses estudos, argumento por uma noção total e processual de casa—simultaneamente um constructo político, econômico, simbólico e afetivo em fluxo (Bourdieu, 2001; Biehl & Neiburg, 2021; Cieraad, 2006; Lane, 2007; Miller, 2001; 2005; 2009; Kent, 1990; Oliver, 2007; Rapoport, 1969). Interpreto os investimentos econômicos e temporais

realizados por beneficiários de políticas habitacionais como Elisa na apropriação e consumo da casa como parte da formação de uma nova sensibilidade ética, material e estratificante que se estrutura em torno da busca por mobilidade socioeconômica ascendente. Ao mudarem-se para o Residencial Bento Gonçalves, famílias como a de Elisa consolidam a figura da casa como o espelho da unidade familiar; cada apartamento conta uma história de coesão, integração, e emerge como um artefato capaz de resistir à desagregação e dispersão (Douglas, 1991). A casa, enfim, materializa uma relação porosa e dinâmica entre os espaços familiares do condomínio e os espaços públicos da política comunitária e local. Neste artigo, estou interessado na reconstituição etnográfica dos nexos entre o espaço construído, suas materialidades políticas e vitais, e a construção de espaços subjetivos de imaginação e mobilidade social. Encontrando-se com o território e a infraestrutura da cidade, os beneficiários de políticas habitacionais esculpem uma relação de troca e transbordamento entre formas sociais *in-the-making* – os devires, sonhos e expectativas – e objetos inanimados. Com isso, afasto-me de abordagens arquitetônicas da casa que separam sua concepção (vista como pura forma técnica) de sua construção (vista como a aplicação mecânica da forma em matéria)<sup>2</sup>.

Seguindo um argumento feito por Ingold (2011, p. 211; 2012), sugiro que se trata menos de uma relação acabada de agência do sujeito sobre o objeto, mas de uma ontologia que captura a “textilidade” —a “textura” e “granulosidade”—da formação, fluxo e transformação de materiais e suas linhas de fuga (Deleuze, 2006; Gordillo, 2014; Bessire, 2013). Diferente deste autor, contudo, para quem apenas praticantes (construtores, jardineiros, cozinheiros, etc.) transformam materiais, considero os beneficiários da casa própria agentes privilegiados da produção de sentido através do espaço construído e das materialidades políticas que povoam a casa. Por meio da apropriação, do uso criativo, do cuidado e da manutenção, as pessoas imprimem suas marcas não sobre, mas em sinergia com a casa. Como um permanente *work in progress*, ela se torna um nexo processual, uma malha porosa e uma janela empírica para explorar realidades políticas, econômicas, interpessoais e afetivas em fluxo.

No Brasil da mobilidade e das políticas públicas, essa relação simbiótica entre os fluxos de coisas e os devires das pessoas dependeu da participação destas na sociedade de consumo e na economia do crédito. Em junho de 2013, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Melhor – na verdade, uma linha de crédito pré-aprovada de R\$ 5mil a juros reduzidos de 5% ao ano destinada aos beneficiários do PMCMV para a compra de eletrodomésticos e móveis para os novos apartamentos<sup>3</sup>. Muitas pessoas com quem conversei durante a pesquisa que serviu de base para este artigo<sup>4</sup> utilizaram-se desse instrumento de crédito para o custeio das despesas da mudança, aliado a outras formas de pagamento. Para entender esses processos, a sociologia econômica de Viviana Zelizer (1994) nos oferece uma porta de entrada para a marcação social do dinheiro. Como mostrou Clara Han (2011), nas relações cotidianas das pessoas com os novos objetos adquiridos pelo *boom* dos instrumentos de crédito, o consumo torna-se uma balança entre a demarcação de status e distinção (Bourdieu, 1984) e a performance de “gestures of care” e “[affective] relations in the hope of rendering something new in them” (p. 9).

Na esteira dessas abordagens, portanto, interpreto a casa e seus objetos como condutores de uma afetação vital (Navaro-Yashin, 2012) que: a) revela camadas de governamentalidade sobre as unidades domésticas; b) expressa uma cosmologia coletiva de habitar, com mediações porosas entre o apartamento, o condomínio e espaços públicos; c) acumula transformações materiais e criativas; d) abre novos horizontes imaginativos e possibilidades indeterminadas de futuro, de outro modo improváveis. Nas páginas que seguem, sigo esses fluxos de materiais vitais e suas contínuas associações a projetos de vida, expectativas e desejos em construção.

### **“A Minha História é um Livro”**

“Quando eu nasci a minha mãe por algum motivo achou que não deveria ficar comigo, então ela me vendeu pra outra pessoa que queria muito um filho”, continuou Elisa naquela tarde de janeiro de 2015. Ela tinha nove anos quando seu pai de registro, que já era idoso quando ela foi adotada, veio a falecer. “Daí essa minha mãe não me quis mais e me passou pra outra pessoa que era a minha madrinha”, seguiu. Essa senhora criou-a até os 18 anos, quando Elisa decidiu sair de casa, engravidou e, com menos de 20 anos, concebeu seu filho João.

Elisa sempre estudou em colégio particular. Desde cedo, seu pai—que não sabia ler—decidira que assim era melhor, dadas as greves de amplas proporções que, no fim da década de 1980, eram corriqueiras no sistema público de ensino brasileiro. Ela se considerava sortuda por sempre ter conseguido bolsas de estudos para escolas que, de outro modo, estariam fora de sua alçada de possibilidades. A formatura no ensino médio como técnica em contabilidade representou o fim do ciclo de estudos.

Elisa sempre morou no bairro Partenon—“eu nunca deixei a comunidade”, ressaltou. Tão logo concluiu os estudos, ela engajou-se no trabalho em creches comunitárias. Um ano depois, João nasceu. “Eu tinha só 19 anos”, Elisa prosseguiu. Aos dois anos de idade, os colegas de creche perceberam que o filho tinha “atitudes diferentes, não acompanhava os outros bebês. Por que ele não fala? Por que ele não se comporta como as outras crianças?”. O médico sugeriu dar-lhe algum tempo para o desenvolvimento das aptidões.

“Até que a gente teve a resposta”, Elisa continuou. “O João é autista”. Com a notícia, iniciou-se uma nova rotina, uma “nova caminhada”, como salientou. O menino agora precisava frequentar uma escola especial e tomar parte em atividades como fonoaudiologia, consultas psicológicas, terapia ocupacional, natação, e assim por diante. A partir daquele momento, por incentivo dos médicos, Elisa passou a buscar outras ocupações para si: “Eu não posso trabalhar porque eu tenho que ficar com o João, então alguma coisa eu vou fazer. É bom pra mim, bom pra minha cabeça, bom pra minha família”.

## Imaginando Novos Futuros

“Eu sempre fui muito inconformada”, continuou a mãe de João. Em dois anos ela concluiu o curso de magistério e se formou em 2002. “Meu sonho mesmo era fazer uma faculdade, mas em 2004, 2005 nem se pensava nisso, o ProUni<sup>5</sup> e o Enem<sup>6</sup> tavam recém nascendo”, acrescentou. Elisa então ingressou numa associação de 162 educadores populares que, por anos, “lutaram” para conseguir bolsas de estudo por meio do ProUni para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, uma das mais bem conceituadas universidades privadas do país. Elas foram divididas em duas turmas, uma voltada à educação infantil e a outra ao ensino fundamental. “O dia da formatura foi o dia mais feliz da minha vida, eu fui oradora, foi inesquecível”, comentou emocionada. Elisa e suas colegas seguiram encontrando-se e monitorando mutuamente suas conquistas: “Algumas trabalham em escolas infantis, algumas fizeram concurso, outras tão de monitoras na prefeitura. A maioria maciça trabalha nas escolas nas periferias. Não sei, ta no sangue. A gente ajuda uma a outra a crescer, ajudando a comunidade a crescer”. Na fala de Elisa, era preciso qualificar-se para estar preparada para quando viesse uma “boa oportunidade” de trabalho. Sua intenção era deixar João aos cuidados de seu marido assim que um emprego com boa remuneração em sua área aparecesse. Para ela, era necessário colocar-se em movimento, na busca ativa de uma imaginação do futuro cujo dever-ser dependia exclusivamente de seu próprio empenho no presente.

Daí foi onde tudo começou. Eu preciso estudar, eu preciso me preparar pro futuro. Até porque eu almejava trabalhar na prefeitura de Porto Alegre. No ano passado eu fiz o concurso e fui chamada. Vai fazer um ano agora em abril que eu sou profe. Conforme a gente vai trilhando, vai caminhando, as coisas vão aparecendo. Quando tu fica aqui, to esperando, não chega nunca, não vai chegar. Tu não ta indo ao encontro de nada!

Em sua narrativa, essa disposição militante estava intimamente articulada à experiência comunitária e à possibilidade de crescer na própria carreira, mantendo-se fiel ao grupo de origem. “Quando as pessoas entram nas creches comunitárias pra trabalhar elas entram sem ter condições, sem ter um curso, nada. Depois dali é que elas vão se qualificando. Aconteceu comigo. Eu fiz auxiliar de berçário, aí busquei o magistério, a educação infantil, a pedagogia, pra poder continuar trabalhando nas creches”, concluiu. Morar e trabalhar na comunidade eram, para Elisa, definidos em uma linguagem de reciprocidade em que as crianças atendidas tornavam-se seus próprios “netos”. De fato, morar e trabalhar constituíam duas faces de uma mesma moeda, a tal ponto que a narrativa profissional era contada através da trajetória habitacional:

Eu fiz questão que meu estágio fosse em escola comunitária, no São Guilherme. Eu sempre morei aqui, nasci na Primeiro de Setembro, depois morei na Santo Alfredo, bem ali onde era o Guarani, onde se fazia as reuniões. Depois que eu saí de casa e ‘casei’, fui morar no Morro da Cruz, era lá no fim da linha.

Morei lá quinze anos. Até eu vir pra cá. A casa era da minha cunhada, ela comprou, nos vendeu e a gente ficou. Uma casa pré-fabricada, um terreno numa área verde, como se chama hoje em dia.

Elisa se inscreveu no PMCMV na busca pela casa própria a convite de uma colega de faculdade com quem se formara no mesmo ano. “Ta acontecendo reuniões, é assim e assim, eu sei que tu vai querer e que tu precisa”, ela lhe disse. Por muito tempo, ela debateu-se entre a possibilidade de construir sua própria casa no alto do morro ou mudar-se de vez para o asfalto. A tensão não era apenas instigada por cálculos financeiros; ela se referia a universos discrepantes que tinham no modo de habitar seu ancoradouro distintivo. “Apesar de ter a vista maravilhosa de praticamente todo o Guaíba, não tinha condições, não tinha saneamento básico, nada. Ônibus era uma tortura, morava no fim da linha”. Elisa explicou que a intenção de quem decidia permanecer e construir sua casa no morro era muitas vezes a mesma que a sua: melhorar de vida. “As pessoas vão morar lá pra fugir do aluguel, pra tentar pagar uma faculdade, melhorar, ter um bom emprego e a partir dali melhorar de vida”, acrescentou.

Por conta do terreno acidentado e da construção irregular de casas, umas sobre as outras, as infiltrações de água—uma constante em dias de chuva—estendiam-se sobre todo o complexo. Essa experiência suscitou uma rede de ajudas mútuas que estendeu a ideia de moradia para além das paredes físicas de cada casa, ressignificando a casa como figura de sentido que emerge através de um conglomerado ou agregado de famílias. Louis Marcelin (1999; 2015), ao desenvolver o conceito de “configuração de casas”, argumentou que “the house only exists as part of a network of households, thought and lived in interrelations with other houses that partake its production—in the symbolic and concrete sense”. Aqui, a interrelação das casas que constituíam o espaço agregado do antigo local de moradia de Elisa provou-se a materialização de um espaço social, moral e afetivo em que ela entreteceu seu comprometimento com o ideário local de comunidade.

A construção de um muro de dois metros de altura, que evitava que João saísse de casa desavisadamente, foi o único investimento realizado pela família naquela residência. Como eu já havia ouvido de outros moradores das imediações em meu trabalho de campo, poucos residentes decidiam realizar modificações em seus espaços, apesar da precariedade em que viviam. “Agora que tão tentando construir isso com a comunidade, mas ainda as pessoas não acreditam que vai dar em alguma coisa”, relatou. Na rotina de agruras e abandono social em que vidas eram costuradas, não havia espaço para uma imaginação (alternativa) do futuro.

Para Elisa, as conquistas em vida—que incluíam as bolsas de estudo, os colégios de seu filho, e as melhorias infraestruturais—dependiam de uma disposição ativista e militante para a qual era preciso colocar-se em movimento—mobilizar-se e “lutar”, numa “caminhada”, num “processo”. É nesse contexto que a busca pela casa própria, no asfalto, emergiu como o resultado de uma experiência de militância, encabeçada pelo movimento habitacional do qual participava e levada a cabo por pessoas como ela. “Eu sempre acreditei que ia dar certo. Eu conhecia a líder comunitária há anos, sabia que ela teria a energia e postura para se impor”. Assim como Elisa educara seu filho João e o ensinara, apesar da doença,

que “não é não”, assim também ela avaliava a capacidade da liderança em conduzir a luta coletiva pela habitação na imagem da “mulher com pulso firme”. O dia do sorteio foi, para ela, a consolidação dessa “caminhada”: “Foi incrível. Eu nunca fui sorteada pra nada no mundo. E fui a primeira a ser sorteada pra escolher o apartamento”.

Ao optar pelo deslocamento para o Residencial Bento Gonçalves, do morro ao asfalto, Elisa também apostou numa outra relação subjetiva com o espaço da casa e seu entorno. No novo condomínio, Elisa não tem intimidade com muitos vizinhos. Meses depois da transferência, ela havia visitado apenas duas conhecidas, e mesmo assim apenas por alguns minutos. Era na frequentação às reuniões do movimento habitacional que Elisa reformulava a experiência comunitária que marcara sua trajetória até ali: “A associação não deixa de ser uma família. Aqui a impressão que a gente tem é que a gente cuidou mais. A gente construiu junto”.

Nesse deslocamento subjetivo, “lideranças são essenciais. Tem que ser uma pessoa da comunidade. Tu tem que falar o idioma que eles falam. Muito carinho, muita coisinha não vai dar certo. Tu tem que falar sério”. Outro dia, ela seguiu num exemplo, o avô de João viera visitá-los no condomínio; imediatamente, uma das lideranças do movimento perguntara quem era e se ela o conhecia. “É mais um membro da família que eles conhecem. Aqui nós somos uma grande família. Eu quero estar por dentro da situação”, concluiu.

Com o acompanhamento de longa duração do movimento habitacional, que lhes ensinara a como “tratar o lixo, como cuidar do teu apartamento e das áreas coletivas, como não fazer barulho”, era possível confiar no vizinho mesmo sem conhecê-lo. É com base nessa experiência coletiva de construção da habitação que ela formulava sua crítica assim que ouvia e lia sobre os casos de abandono e vandalismo de condomínios do PMCMV em outras partes de Porto Alegre: “Anteontem eu vi o programa Conversas Cruzadas na TV que falava dos problemas que vem tendo em outros condomínios do PMCMV. Eu escrevi um e-mail dizendo do quanto é importante ter um associação”. No engajamento ativo pela casa própria, Elisa deslocava visões hegemônicas sobre o programa a partir de sua própria experiência de militância.

## Buscas por Conexão, Mundos Internos Expostos

“Quando nós viemos para cá, o João louqueou de vez. Espiroqueou, gritou, berrou, não queria vir”, continuou Elisa. O menino era um assíduo frequentador das reuniões do Codespa; muitos sócios sabiam de sua condição, mas, mesmo assim, olharam assustados quando viram suas crises se tornarem mais intensas, já nas primeiras semanas no Residencial. “É como se ele tivesse quatro, cinco anos. Ele grita, grita, grita. O prédio todoouve”, seguiu a mãe.

Na fenomenologia do ordinário, encontrei nas palavras de Gaston Bachelard (1958), que escreveu que a casa é uma “topography of our intimate being”, uma aproximação com a história de João. Na condição de autista, sua experiência revelava uma versão intensificada e condensada do papel da casa na nova vida dos beneficiários. Como “a body of images



that give mankind proofs or illusions of stability”, a casa tornou-se um imaginário fantasmático que hospeda expectativas e ideais à medida que as pessoas conduzem suas vidas, inevitavelmente complexas.

No novo apartamento, João sentia-se desorientado; sua tentativa de reconectar-se ao mundo por meio da familiarização da casa lembrou-me as palavras de Freud (2003) sobre o *unheimlich* (em inglês, *uncanny*), “that class of the terrifying which leads back to something long known to us, once very familiar”. Como escreveu Freud, o *unheimlich* é o “estranhamente familiar”; portanto, uma subespécie de seu oposto, o *heimlich*. No processo de adaptação, João novamente encapsulava pulsões subjetivas pelos quais os beneficiários tornavam-se mercedores da casa própria e arquivavam sua ascensão social.

João se relacionava com o mundo à sua volta por meio de objetos—a casa constituindo-se na materialidade por excelência. Suas representações em desenho, de fato, acentuavam o caráter repetitivo do aprendizado que o conectava à imanência do tempo presente: a casa, o computador, o ônibus, o sol eram temas recorrentes. A mudança para o residencial foi mediada por uma reconstrução desses instrumentos. “Ele não queria sair lá de cima, desconstruir todas as coisas dele”, Elisa prosseguiu. “Ele tinha muita coisinha, nós colocamos algumas fora e outras eu trouxe. Ficou bem difícil de lidar com ele”. Ainda nos primeiros dias, João rasgou um livro e o atirou pela janela. “Eu falei pra ele: João, não, não, não! Peguei e joguei duas coisas que ele gostava fora. Viu como dói? Não é pra fazer”. No dia seguinte, vizinhos alertaram Elisa assim que ela entrou pelo portão do Residencial de que João estava procurando por seus objetos na lixeira coletiva do prédio. “Eu e a Isabel pensamos em ir ver se tu precisava de ajuda”, uma delas teria indagado. “É a preocupação das pessoas de que ele vai por fogo no prédio. Mas ele tá sofrendo, ele é autista”, concluiu Elisa, com o olhar longe.

A mudança para o Residencial ocorreu já no primeiro fim de semana após a cerimônia de entrega das chaves. “Chovia horrores. Foi o primeiro dia. Foi um domingo. Eu disse pra Berenice, eu tenho que sair daquela casa antes que caia na minha cabeça. A gente veio. Trouxe todas as coisas. E ele não saiu de lá”, seguiu a mãe de João em sua narrativa. Enquanto o pai trazia a mudança, Elisa resolvera ficar com o menino. Era tarde da noite, e ela prosseguia na tentativa de convencê-lo: “Chovia dentro, eu dizia, ‘João, não tem mais nada aqui, olha, tá caindo’”. Às 10h30min, João balbuciou “*apartamento*”. Durante o mês seguinte, ele buscou diariamente o contato com o lugar antigo. Seu pai o levava após a escola e observava João pular o muro, tentar romper o cadeado, sentar em um canto, e escrever, escrever. “Tem aquela questão da repetição”, continuou Elisa. “Ele escrevia, escrevia, desenhava, desenhava, desenhava...”

Em breve, João deveria enfrentar um novo desafio: sua mãe estava planejando colocá-lo em outra escola, em função do limite de idade, de 21 anos. “Ele gosta muito dessa onde ele tá; pega o caderno, escreve no quadro, essa coisa tradicional”. Elisa já se preocupava com as possíveis consequências emocionais oriundas da despedida. “Nem conversei com ele nem vou conversar. Vai ser uma coisa do tipo, dá tchau pra todo mundo, beijo, e segue o caminho”. Até o dia de nossa conversa, ela comentou, João seguia buscando na internet a primeira escola onde permanecera até os sete anos de idade. “O vínculo que ele constrói é muito forte”.

Com a mudança para o residencial, João passou a dispor de uma nova tecnologia: internet banda larga, implementada junto com a TV a cabo—um serviço antes impossível de ser instalado devido à falta de endereço residencial. Enquanto morava na antiga casa, ele precisava usar pacotes limitados de dados em um modem 3G conectado no computador da mãe. “Internet! Internet! Internet!”, ele gritava assim que gastava os megabytes disponíveis. “Quando instalaram a NET<sup>7</sup> aqui ele queria continuar usando o modem. ‘João, agora não precisa’. Então tem essa dificuldade. Ele não quer mudar. Ele acha que é aquilo”, arrematou a mãe.

João também ficou empertigado com a antiga TV que assistia diariamente. “Eu coloquei a TV no meu quarto pro rapaz instalar a NET”, comentou Elisa. João, por outro lado, queria a televisão em seu quarto. “Televisão! Televisão! Televisão!”, ele gritava na direção do aparelho. Sua mãe viu-se então na iminência de comprar um dispositivo semelhante e, mesmo assim, foi obrigada a transportar a televisão antiga para o quarto de João. “Ele gostou daquela situação de ter a televisão e o computador ali. Ele sabe que a vida dele melhorou. Isso também ajuda na adaptação”, comentou.

A falta de imaginação prospectiva ou criativa alinhavava-se, para Elisa, à falta de desejo. “Hoje eu olhei pro computador dele e tava aquele monte de bunda com fio dental. Ele tinha buscado ‘fio dental’. Eu escrevi ‘fio dental para dentes’. Ele olhou, sentou e ficou navegando. Era o que ele tava buscando”, concluiu a mãe. As vinhetas de canais de televisão eram outro tópico recorrente de busca; “por algum motivo ele vai lá e fica ouvindo. Mas é só a da Globo”. Nesse processo, Elisa descreveu seu papel a partir de um raciocínio dedutivo: “Vou lá e me intrometo. Ele não fala, não diz pra ninguém. Eu preciso *pescar*. Ele ta sempre atento às coisas do dia-a-dia”, acrescentou. Enquanto organizava ativamente a rotina de seu filho, Elisa agenciava os espaços possíveis de desejo que conectavam João ao seu entorno.

Na mudança para o apartamento, a família não aproveitou nenhum utensílio doméstico da antiga casa. Elisa não chegou a usar os benefícios do Cartão Minha Casa Melhor, por considerá-los muito limitados. “Eu peguei um empréstimo e fiz tudo que eu queria. Eu achei mais prático. Eu podia comprar tudo pela internet. Saiu mais barato”, ela comentou. Em sua narrativa, a mãe de João revelou certa intimidade na circulação pelo universo de compras *online*, onde tinha a oportunidade de ter acesso e exercer mais plenamente as escolhas que a caracterizavam como consumidora da casa própria. Na escolha dos móveis, ela novamente tomou a frente: “Aqui a democracia impera, eu vou lá, escolho e pronto”, disse aos risos. “Não sou de grandes... Não quero móveis planejados. Eu quero ter uma mesa pra eu sentar, um sofá pra eu me atirar, uma televisão pra eu assistir e pronto. É muito rápido”. Nas compras virtuais a crédito, ela provava mais uma vez que a economia da dívida abria não apenas um espaço indeterminado para a conservação de laços sociais através da imaginação da casa, como era ela também que garantia a experiência autônoma e protagonista de tornar-se consumidor.

A aquisição do apartamento permitiu a Elisa exercer uma narrativa de posse, de apropriação e de escolha diante de um leque variado de opções que passavam pelo espaço do mercado. No asfalto, ela tinha acesso a um número maior de linhas de ônibus que rapidamente a deixavam em qualquer lugar de Porto Alegre. Seu campo de movimentações pelo tecido urbano—e sua agência para dizer e fazer coisas—havam se expandido significativamente.

“Aqui eu tenho várias opções. É tudo mais fácil”, concluiu. Como consumidora, avaliava como boa a qualidade da construção do apartamento, embora já tivesse solicitado à construtora reparos no piso e vazamentos no banheiro.

A posse dos bens inerentes à nova casa, mesmo que através de uma economia do crédito, só se tornou palpável através de um planejamento familiar que incluía o cálculo preciso da renda doméstica. Elisa foi contratada como professora municipal poucos meses antes de mudarem-se para o Residencial Bento Gonçalves—o que os colocou em uma situação financeira mais confortável. No tempo de nossa conversa, era seu marido quem cuidava de João, em casa. Na época, ele estava desempregado e, por algum tempo, tiveram de viver com o salário-mínimo que João recebia do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas)<sup>8</sup>. “Nós sobrevivíamos com mil reais e sabíamos que teria que começar a pagar condomínio, luz, água, contas que lá em cima [no morro] eu não pagava. Lá a gente comprava basicamente comida e uma roupa aqui e ali”, comentou. “Numa reunião o rapaz falou da inadimplência, eu pensei ‘podia ser eu’. Eu compro um quilo de feijão ou pago a luz? Esse dilema já aconteceu com a gente. A gente vai comprar comida”. E arrematou: “Para viver aqui ter pelo menos uma renda é importante”.

Para Elisa, nem todas as pessoas estavam igualmente preparadas para assumirem as despesas e a rotina de formalização e visibilidade que o condomínio demandava de seus moradores. “Aqui não é pra todo mundo”, sentenciou. “E não sei se a gente consegue conscientizar as pessoas. É uma questão de hábito: fumar e atirar o toco pela janela. Aqui não pode. Eles sabem que tá no regulamento, mas só com o tempo para mudar. Tem que falar 10, 20, 40 vezes até que vai”, a mãe de João continuou. Para ela, o cuidado coletivo “do que é teu” era uma aposta na educação de longo prazo e contrastava com a experiência caótica da vida “na vila”, em que o lixo se acumulava, as pessoas “varrem na frente da sua casa e jogam o resto na frente da tua”, e ninguém “vai dar bola pra ti se tu reclamar”. Na ausência de outras instâncias de acompanhamento e regulação, o trabalho de associações comunitárias tornava-se fundamental para produzir elos de ligação entre o contexto habitacional de origem e a vida em uma nova comunidade propiciada pelo Residencial Bento Gonçalves: “A associação tem que estar sempre atenta. As lideranças têm que estar à frente pra lembrar as pessoas, isso aqui é um condomínio, isso aqui é bom pra nós, a gente batalhou, a gente tem que cuidar...”.

A participação nesses fóruns lhe parecia crucial para que, através da própria consciência individual, as pessoas ajudassem a delinear uma linha entre os merecedores e aqueles que preferiam “ficar na mesma”. “Eu conheço uma pessoa que tava inscrita e disse não, não quero mais. Quero ficar no morro, vou construir minha casa, quero ter meu canto”. Para Elisa, tratava-se de uma questão de escolha: “Morar na vila, no morro, no beco é como se ninguém te mandasse. As regras é eu que faço, cumpro quando eu quero”. Ela contou o caso de uma vizinha que, mesmo não se dispondo a incorporar a nova rotina financeira da vida em condomínio, insistia em acompanhar as reuniões e mudar-se para o Residencial. “Já te falaram que tu vai ter que pagar. Te candidata pras casinhas, fica no teu canto. Se tu precisa muito, se isso é tão importante pra ti, vai à luta, tu tem saúde, tu vai conseguir pagar 100 reais, 150 de condomínio”, as lideranças ter-lhe-iam sugerido. “Mas as pessoas são teimosas, o ser humano é teimoso. A gente acha que o mundo tem que se adaptar a nós”, concluiu.

Além dos custos de manutenção, havia ainda incompatibilidades relativas ao tamanho da família. Uma de suas amigas veio lhe prestar uma visita outro dia apenas para dizer que, tendo seis filhos, dos cinco aos dezoito anos, aquele apartamento não era adequado à sua realidade. “Mas mora num barraco e dá todo mundo. Porque tem o pátio, tem a rua. Na vila a tua casa não é só o barraco. Ela se estende. Aqui eu não posso pegar minha cadeira e sentar na calçada da [Avenida] Bento [Gonçalves]”. Para Elisa, uma das limitações institucionais do PMCMV estava na modalidade arquitetônica dos projetos construídos. “Nem todo mundo tem condições de viver em apartamento. Tem cachorro, gostam de galinha, de gato, de som alto, de fogão a lenha...”, continuou. Nesses casos, o modelo da casa ajudava a fazer a transição do morro ao asfalto, mantendo a sensação de amplitude e autonomia que, na adaptação aos apartamentos, precisava ser reconvertida. Após certo silêncio, ela retomou, acrescentando algo que havia se perdido em seus pensamentos: “Mas morar na vila também não diz muito da liberdade da pessoa. Então eu acho que algumas pessoas se adaptam porque *querem mudar*”.

### Considerações Finais: Entre Permanecer e Sair

“Mas o que é classe média?”, Elisa redarguiu em nossa conversa, quando eu lhe dirigi a clássica pergunta sobre auto-identificação. Sem fornecer pistas sobre os múltiplos critérios de classificação em torno dos quais intelectuais se digladiam ao definirem posições em sistemas de estratificação, deixei que ela explorasse seu próprio esforço de conceituação da nova vida. “Pra mim todo mundo aqui é pobre. Tem o seu carro, tem. O pai trabalha, a mãe trabalha, o filho trabalha. As pessoas trabalham. Minhas colegas ficam assustadas quando eu digo que as pessoas são pobres”. Elisa argumentou contra a consagrada ideia de que pobre não trabalha: “no dia dois de janeiro eu já to trabalhando. Saio às 7h da manhã. Mas se eu fosse classe média, eu não iria morar aqui. Eu ia morar lá no De Ville, perto da Luís de Camões...”, sentenciou.

Apesar de diferir na conceituação que fazia de si—e que a situava no interior de uma estratificação social imaginária—Elisa deixou escapar que, no fundo, “nós somos todos iguais, temos os mesmos problemas”. Entre eles, mencionou as contas que precisava pagar como uma rotina à qual ainda estava se adaptando. “Daqui a uns três anos, sei lá, eu vou precisar ter um carro, que é importante. Quero viajar, quero. Mas isso é mais pra frente. Tudo é uma construção”, completou. Rapidamente, os “problemas” mencionados, que a alinhavam à classe média dos intelectuais, apareciam em sua narrativa como decorrência de uma decisão: mudar-se para um apartamento próprio no asfalto, à beira da Avenida Bento Gonçalves, rodeado de infraestrutura: “Se eu tivesse grana um dia eu faria um casarão e um piscinão no morro, ficaria vendo a imagem linda do Guaíba, teria um carro, mas as coisas não são assim. Eu quis sair. Não aguentava mais os meus pés sujos de barro pra chegar na tua casa. Eu tenho outras prioridades”.

Para Elisa, o apartamento no Residencial Bento Gonçalves representava uma nova fase em sua vida, compatível com a imaginação de um novo futuro. Permanecer ou sair? “Pra

sempre é muito tempo”, ela sorriu diante da minha câmera. “Quero morar aqui até quando... eu não pensei muito lá na frente também. Eu não curti muito ainda. Eu acordo de madrugada, durmo tarde, fico pensando... Coisa boa que eu to aqui, fico na janela, olhando o movimento, coisa boa... Olho o colégio onde estudei o segundo ano do magistério...”. O apartamento e seus objetos carregavam uma afetação que permitia restituir um senso de família, enquanto colocavam Elisa em movimento na imaginação desse futuro: “Tenho outras preocupações, não sei se eu vou ficar os dez anos que dizem, depois tu pode vender, fazer o que quiser. São só quatro meses até agora, não me pressione”, sorriu.

Para economistas sociais, narrativas de pessoas como Elisa falavam de um país que iniciara a lenta marcha rumo à redução das desigualdades, durante a década de 2000. A visão prospectiva de mundo poderia ser captada por instrumentos sofisticados de mensuração estatística, como as pesquisas nacionais por amostra de domicílio—que lhe dariam uma “fotografia” exata de sua renda, de sua composição familiar, de seus bens, de sua escolaridade e de seu emprego. Para marqueteiros e publicitários interessados em vender para o novo público consumidor da casa própria, o sinal da ascensão social brasileira estava na passagem da cidadania via inclusão política ao consumo via acesso a mercados; em suas mãos, pessoas como Elisa seriam convertidas em personagens que, através das escolhas de consumo, contam histórias de autoafirmação, autoestima e amor-próprio. Mesmo para sociólogos críticos, vestígios de classe média poderiam estar presentes nas novas rotinas de vida, que incluíam agora a casa própria, em muitos casos o carro e, sobretudo, o pagamento de contas, o planejamento familiar, o retorno à escola, o acesso a crédito, a lazer e viagens—em suma, uma visão prospectiva do futuro (Souza, 2009; 2010). Outros sociólogos, mais reticentes, para quem importa captar as auto classificações atribuídas pelas pessoas à sua posição na estratificação social, veriam nas palavras de Elisa apenas um desajuste entre seu perfil socioeconômico e suas percepções de classe (Salata, 2014). Para esses autores, classe média tornava-se ou uma questão de descrição segundo algum critério do pesquisador—sempre discutível, seja estatístico, de renda, de consumo, de capital simbólico—ou do pesquisado.

Neste artigo, pareceu-me que, para melhor entender como as pessoas (re)conceituaram suas vidas em fluxo em meio à mobilidade ascendente, era preciso, literalmente, dar um passo para trás—ou melhor, para dentro do espaço doméstico em plena reformulação. Ao invés de perguntá-las explicitamente sobre suas práticas de identificação, resolvi olhar para as instâncias em que afetações foram produzidas no espaço moral que se abriu entre a política pública, seus operadores, e os beneficiários dessas políticas. O que, de fato, essas pessoas estavam em vias de tornar-se? Como suas histórias entreteciam-se com o consumo da casa própria? O que a tessitura dessas “coisas” fazia na vida das pessoas? Que modalidades alternativas de entendimento sobre a mobilidade elas propiciam?

Na passagem do morro para o asfalto, os objetos adquiridos através da economia de crédito colocada em marcha pela política pública tornaram-se materialidades políticas que, em sinergia com as histórias de vida dos beneficiários, abriram caminhos de imaginação do futuro, desenhando novas subjetividades. Eles permitiram deixar o “velho para trás” e ensaiar espaços de autonomia e individualização—como ficou evidente, sobretudo, na trajetória dos filhos, ao ganharem quartos e computadores, por exemplo.

Mulheres<sup>9</sup> como Elisa falaram dos fluxos e transformações materiais resultantes da introdução dessas materialidades políticas em suas vidas: o desejo de progredir, a vontade de emancipação, os novos arranjos familiares, as experiências políticas de consumo, o planejamento dos novos instrumentos de crédito, a expectativa de retornar aos estudos e de re-imaginar em novas bases um futuro ardentemente desejado. No processo de apropriação da casa, essas mulheres deslocaram os sentidos estabelecidos sobre a mobilidade brasileira e seu enraizamento em práticas de consumo para a complexidade de suas subjetividades em reconfiguração.

## Notas

1. Ao longo do artigo utilizo-me de nomes fictícios para proteger a privacidade de meus interlocutores de pesquisa.
2. Como sugeriu Matisse Enzer, um construtor com longa experiência no trabalho com arquitetos, “the separation of design from making has resulted in a built environment that has no ‘flow’ to it. You simply cannot design an improvisation or an adaptation. It’s dead” (citado por Brand, 1994, p. 64).
3. O Programa durou cerca de um ano e meio e foi interrompido no início de 2015, devido à falta de recursos para custear os financiamentos. Até ali, o governo havia contabilizado R\$ 2,92 bilhões em empréstimos – muito abaixo da previsão inicial, de R\$ 18,7 bilhões –, para 640mil famílias. De início, o governo havia repassado R\$ 8 bilhões para a CEF, R\$ 5 bilhões para custos administrativos e capitalização do banco e R\$ 3 bilhões para custear os financiamentos.
4. A pesquisa com beneficiários da casa própria em Porto Alegre foi realizada entre 2012 a 2015 e foi parte de minha tese de doutorado em antropologia. A etnografia se amparou em observação participante, entrevistas em profundidade, survey socioeconômico, e registros audiovisuais para traçar o movimento de lideranças, cidadãos, políticos, vendedores de lojas, arquitetos, planejadores e experts para captar as novas formações subjetivas, políticas e econômicas que desabrocharam no seio da mobilidade ascendente brasileira da década de 2010.
5. Criado em 2004, o Programa Universidade para Todos, do Ministério da Educação, oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior a estudantes oriundos da rede pública.
6. Criado em 1998, Enem é o *Exame Nacional do Ensino Médio*, que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio. A partir de 2004, a prova passou a ser utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior em todo o país.
7. Trata-se de uma empresa de atuação nacional que oferece serviços integrados de TV a cabo, telefonia fixa e internet.
8. O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social garante ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo o benefício de um salário mínimo mensal, desde que tenha renda domiciliar per capita inferior a 25% do salário mínimo vigente.

9. A presença exclusiva de mulheres não é aleatória e relaciona-se aos alvos privilegiados da política pública.

## Referências Citadas

- Bachelard, G. (1958). *The Poetics of Space: The Classic Look at How we Experience Intimate Places*. Boston: Beacon Press Books.
- Bessire, L. (2013). *Behold the Black Caiman: A Chronicle of Ayoreo Life*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- Biehl, J., & Neiburg, F. (2021). Oikography: Ethnographies of House-ing in Critical Times. *Cultural Anthropology*, 36(4), 539–547.
- Bourdieu, P. (2006). *Argelia 60: Estructuras Económicas y Estructuras Temporales*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.
- \_\_\_\_\_. (1984). *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Las Estructuras Sociales de la Economía*. Buenos Aires: Manantial.
- Brand, S. (1994). *How Buildings Learn: What Happens to them After They're Built*. Harmondsworth: Penguin.
- Carsten, J., & Hugh-Jones, S. (1995). *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cieraad, I. (Ed.) (2006). *At Home: An Anthropology of Domestic Space*. Syracuse: Syracuse University Press.
- Crapanzano, V. (2004). *Imaginative Horizons: An Essay in Literary-Philosophical Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Deleuze, G. (2006). *Two Regimes of Madness: Texts and Interviews 1975-1995*. Los Angeles: Semiotext(e).
- Douglas, M. (1991). The Idea of a Home: A Kind of Space. *Social Research*, 58(1), 287–307.
- Foucault, M. (1979). A Governamentalidade. In M. Foucault. *Microfísica do Poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Graal.
- Gordillo, G. (2014). *Rubble: The Aftermath of Destruction*. Durham; London: Duke University Press.
- Gordon Jr, C. (1996). Resenha de 'About the House: Lévi-Strauss and Beyond.' *Mana*, 2, 192–195.
- Han, C. (2011). Symptoms of Another Life: Time, Possibility and Domestic Relations in Chile's Credit Economy. *Cultural Anthropology*, 26(1), 7–32.
- Ingold, T. (2011). *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (2012). Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25–44.
- Kent, S. (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Kopper, M. (2019). House-ing Urban Kin: Family Configurations, Household Economies and Inequality in Brazil's Public Housing. *Articulo: (Journal of Urban Research)*, 20.
- Lane, B. M. (2007). *Housing and Dwelling: Perspectives on Modern Domestic Architecture*. New York: Routledge.
- Lévi-Strauss, C. (1986). A Noção de Casa. In: C. Lévi-Strauss. *Minhas Palavras*. São Paulo: Brasiliense.
- Marcelin, L. H. (1999). A Linguagem da Casa entre os Negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, 5(2), 31–60.
- \_\_\_\_\_. (2015). Violence, Human Insecurity and the Challenge of Building Haiti: A Study of a Shantytown in Port-au-Prince, Haiti. *Current Anthropology*, 56(2).
- Miller, D. (2001). *Home Possessions: Material Culture Behind Closed Doors*. New York: Routledge, 2001.
- \_\_\_\_\_. (2009). *The Comfort of Things*. Cambridge: Polity Press.
- \_\_\_\_\_. (ed.). (2005). *Materiality*. Durham; London: Duke University Press.
- Navaro-Yashin, Y. (2012). *The Make-Believe Space: Affective Geography in a Postwar Polity*. Durham; London: Duke University Press.
- Oliver, P. (2007). *Dwellings: The Vernacular House Worldwide*. Phaidon Press.
- Petryna, A. (2018). Wildfires at the Edges of Science: Horizonizing Work amid Runaway Change. *Cultural Anthropology*, 33(4), 570–595.
- Rapoport, A. (1969). *House Form and Culture*. Hoboken: Prentice Hall.
- Salata, A. (2012). *A Nova Classe Média Brasileira: Contribuição para um Debate Político*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.
- Sigmund, F. (2003). *The Uncanny*. London: Penguin Books.
- Souza, J. (2009). *A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Zelizer, V. (1994). *The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies*. Princeton: Princeton University Press.

---

**Abstract:** The article explores the ways in which the opening of new imaginative horizons is linked to the appropriation and consumption of the house among beneficiaries of public housing in Brazil. It argues for a total and processual notion of the home: simultaneously a political, symbolic, and affective construction in flux. It also suggests that the economic and temporal investments beneficiaries make while availing themselves of and consuming the house shape new ethical, material, and stratifying sensibilities. These sensibilities coalesce around the quest for upward social mobility. The article tells the housing story of a family that moved, in 2014, from an informal settlement to a middle-class condominium in order to reconstruct, ethnographically, the connections between the built environment, its political and vital materialities, and the construction of subjective spaces for imagination and social mobility.



**Keywords:** Homeownership - Social Mobility - Future - Consumption - Housing Programs - Brazil

**Resumen:** El artículo explora cómo la apertura de horizontes imaginativos del futuro está ligada a la apropiación y consumo de la casa propia entre los beneficiarios de las políticas de vivienda brasileñas. Aboga por una noción total y procesual de hogar: simultáneamente una construcción política, simbólica y afectiva en flujo. También se sugiere que las inversiones económicas y temporales que realizan los beneficiarios en la apropiación y consumo de la vivienda conforman una nueva sensibilidad ética, material y estratificadora que se consolida en torno a la búsqueda por movilidad socioeconómica ascendente. El artículo narra la trayectoria habitacional de una familia que se mudó, en 2014, de un asentamiento informal a un condominio de clase media para reconstituir, etnográficamente, los vínculos entre el espacio construido, sus materialidades políticas y vitales, y la construcción de espacios subjetivos de imaginación y movilidad social.

**Palabras claves:** Casa Propia - Movilidad Social - Futuro - Consumo - Políticas de Vivienda - Brasil

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por su autor]

---